

Sobre a confiança

Costuma-se dizer que o diagnóstico sobre os males de que sofre o nosso país está feito. Que todos sabemos do estado de funcionamento da justiça, da educação ou da economia. Direi, pelo contrário, que o diagnóstico não está feito. Que muito está por dizer ou está mal dito. Conhecemos os efeitos, talvez os sintomas, mas como os conhecemos mal, não somos capazes de determinar a doença, nem detectar a que nível da realidade ela se situa. É uma patologia política ou social? Ou psicológica, individual e colectiva? Se é verdade que qualquer coisa funciona mal neste país, não conhecemos as suas causas profundas.

Situar-me-ei, para a análise breve de alguns desses sintomas, no plano do que se pode chamar “mentalidades”. A mentalidade é uma crença colectiva que está por detrás de uma série de comportamentos específicos e que lhes dá uma certa unidade. Por exemplo, a “esperteza” portuguesa é um traço de mentalidade, supõe a crença que, contornando a lei sem propriamente a transgredir, se age bem e se auto-valoriza. Neste sentido, a mentalidade tende a formar uma “cultura”, como quando se diz que se tem a “cultura do oportunismo” ou a “cultura da responsabilidade”. A mentalidade cria uma cultura que procura enraizar-se nos hábitos e costumes colectivos.

Ora, nesse plano das mentalidades, há uma maneira de pensar e de agir dos portugueses que me parece estrutural, condicionando múltiplos comportamentos de índole diversa. Antes de o analisar, vou dar um exemplo: o queixume ou a lamúria, tão criticada por sociólogos e políticos. O português queixa-se de uma entidade ao mesmo tempo indeterminada e precisa: o “nosso país”, “eles”, “os portugueses” que são assim e assado – numa lista de vícios e defeitos interminável. Quem se queixa de todos põe-se automaticamente de fora – de fora do país e do povo criticados e a que ele, no entanto, pertence. Por outro lado, ao criticar, desvaloriza o país, valorizando-se a si próprio porque ele, sendo crítico, destaca-se dessa “choldra”. Enfim, a crítica ou queixume, que supõe pelo menos um interlocutor, separa ao mesmo tempo que, por ser quase um hábito nacional, mantém o laço de convivência e sociabilidade. Mais: dá-lhe um carácter identitário: “Nós, os portugueses, temos um país nulo.” Paradoxalmente, queixamo-nos e culpamos a essência que faz de nós portugueses. E assim, de maneira irreal, escapamos à essência que nos define. Flagelamo-nos para ter o gozo de fugir à flagelação.

Numa palavra: não vivemos simplesmente o queixume. A sua enunciação faz-nos entrar numa estrutura complexa de sentidos contraditórios, de forças e emoções opostas e, no entanto, complementares. Na verdade, com o queixume iniciamos um movimento paradoxal, circular e vicioso, pois ele termina aonde começou (como a “pescada de rabo na boca”). É um movimento que fecha em vez de abrir, e que, quando abre (o queixume cria um “fora” puramente imaginário e aparente, um “outro país”) é para fechar. Repare-se como é indeterminada e indefinida a situação em que me coloca o queixume no espaço e no tempo: pertenço e não pertenço a este país, será sempre assim e no entanto eu já lá não estou, etc. Aonde estou, para onde vou, o que quero e como o quero – tudo se torna vago, improvável e impreciso.

Esta estrutura fundamental que atravessa os meus desejos mais fundos, a minha vontade e o meu pensamento – e de que o queixume não passa de um exemplo -, é geral no comportamento do nosso povo a todos os níveis: não só na relação social com os outros, mas na atitude perante a política, a profissão, o trabalho, na vida amorosa e na vida familiar. Vivemos sempre num movimento que vai de um pólo ao seu oposto.

Aproveita-se o impasse em que os pólos opostos tendem a entalar o indivíduo para julgar fugir dele. Chamarei a esta estrutura “o paradoxo do duplo impasse”. Tende a destruir forças vivas mas faz viver – atenuadamente; traz sofrimento mas tira-se um gozo desse sofrimento.

Darei mais um exemplo: qual a atitude do português (mas também do Governo) perante a política de “modernização”? Por um lado, gostaria de gozar dos benefícios prometido das novas tecnologias, da funcionalidade de uma gestão racionalizada e da segurança anunciada; por outro, complica e entrava a concretização dessa política com um acréscimo incrível de burocracia (por parte do Governo), de confusão nos serviços públicos, de resistência (por parte dos cidadãos) por inércia, medo de perder direitos e medo, também, da inhumanidade do processo de modernização, medo de perder o rosto humano, o seu território e as suas referências tradicionais. É pois, por e contra a modernização, tal como o Governo obedece também, ainda, ao paradoxo do duplo impasse, exigindo, já, subjectividades formatadas para cumprir sem discutir e deixando proliferar a irracionalidade dos comportamentos “espertos”, das realizações obscuras, duvidosas, não-transparentes. E vai-se sempre de um pólo ao outro, sem a coragem de quebrar o círculo vicioso. Porque se faz parte desse círculo e se o alimenta, alimentando-se dele. Chama-se a isso viver no duplo impasse.

Mas o que é o duplo impasse? O conceito, criado por Esterson e Gregory Bateson da Escola de Palo Alto, designa a situação em que se encontra um indivíduo submetido simultaneamente a duas ordens contraditórias. Por exemplo, quando um pai ameaça o filho que quer sair de casa com a injunção: “Vai, vai! Anda!” proferida num tom tal que supõe a ordem contrária: “Não saias!” O duplo impasse implica aqui uma ordem verbal – “Sai!” – e uma ordem não-verbal compreendida no tom – “Não saias! Se saís vais ver o que te acontece!” Se a situação envolve uma forte tensão e violência, a criança só tem um tipo de resposta: desmaia ou abdica, desatando a chorar. É uma reacção de desmoronamento emocional face a um beco sem saída para a acção.

A estrutura geral do duplo impasse que vivemos em Portugal também nos paralisa, ou melhor, reduz as nossas capacidades de acção e de autonomia no agir, diminuindo, por exemplo a rapidez ou a eficácia com que executamos tarefas. A estrutura é geral e cria impasses políticos que se encaixam uns nos outros: impasses individuais, conjugais, familiares, impasses sociais, impasses políticos e impasses da identidade nacional. Ora, cada impasse fecha o nosso espaço de iniciativa, retirando-nos a possibilidade de atravessar ou criar espaços exteriores aonde existe um “fora”, ou seja, uma abertura para respirar. Com efeito, devemos ter a consciência aguda da ausência do “fora” no nosso país. O “fora” é aquele espaço aberto, imprevisível, aonde forças desconhecidas surgem e que nos alimentam. Por exemplo, individualmente, é certo que, apesar da liberdade política e da democracia de que gozamos, existem muitos menos espaços e forças prontas a manifestar-se neles em Portugal do que em Espanha ou na Holanda. Nós, individualmente, nem sabemos do que somos capazes, não conhecemos as enormes forças que nos habitam e que se encontram entravadas, adormecidas ou inibidas dentro de nós. Porquê? Porque faltam os “foras”, espaços exteriores de expressão dessas forças. Como se vê, o exterior existe no interior e pede sempre para se manifestar.

A quase ausência desses espaços, não visíveis por causa do fechamento causado pelo “paradoxo português do duplo impasse”, tem um efeito perverso: o de fazer crer à vítima que não está presa e entalada. Este efeito vem do movimento (como vimos, em círculo) que vai de um pólo do impasse ao pólo contrário. De um ao outro andamos, pensamos, mexemo-nos. Não vendo que caminhamos para o sítio de onde viemos. Mais: se é verdade que a nossa actividade vital e social é mais lenta do que deveria ser,

nós agitamo-nos muito e depressa, em gestos dispersos e descontínuos, saltando facilmente de um interesse para outro. Daí vem, certamente, também, um dos factores que contribuem para o que habitualmente se caracteriza como “a capacidade de adaptação dos portugueses”. Curiosamente, aqui se ilustra igualmente o movimento em duplo impasse: agitamo-nos muito no tempo curto, e somos lentos no médio e longo prazo. Por isso, porque contrariamente à criança que, sob a pressão do beco sem saída, fica paralisada enquanto nós somos induzidos a um certo tipo de movimento irregular, o duplo impasse português é paradoxal. E mesmo duplamente paradoxal – pois o paradoxo abre o pensamento e as emoções, e o nosso tolhe-os, levando-nos para a repetição ineficaz dos mesmos automatismos.

A força desta estrutura dos comportamentos traduz-se em múltiplos efeitos. Citemos um que, de certo modo, nos tem sido nefasto: a capacidade que a sociedade portuguesa possui de absorver, assimilar e submeter à lógica do paradoxo do duplo impasse todo o factor perturbador que tente, do exterior, quebrar o processo. Uma reforma, uma ideia nova que ameacem modificar o ritmo do movimento do duplo impasse, é imediatamente digerida e transformada para a adaptar à inércia desse movimento. Se se introduz uma nova funcionalidade num sistema de serviços, por exemplo, far-se-á tudo para reduzir a sua eficiência e a sua novidade, tratando-a segundo a lógica tradicional, adiando a sua aplicação, considerando-a como uma funcionalidade igual às outras, entravando o seu funcionamento com hábitos, lentidões, burocracias antigas. De certo modo acolhe-se bem a sua originalidade, tão bem mesmo que logo se lhe aplica toda a espécie de procedimentos que acabam por desfuncionalizar a sua função. As novas oportunidades? Esse novo ensino que vinha não só premiar uma carreira de know-how e de competências adquiridas, mas sobretudo abrir caminhos para outras maneiras de obter rápida e eficazmente conhecimentos técnicos e profissionais, foi mastigado num ápice e transformado em estratégias oportunistas para possuir diplomas sem nada aprender. É sempre o movimento da pescadinha de rabo na boca que ganha.

Insisto: a estrutura sedimentada nos nossos comportamentos – individuais e institucionais – revela-se tão forte que constitui uma barreira poderosa à mudança. Porque não se opõe à sua integração, mas vira-o do avesso, dando-lhe a direcção contrária. Nesse sentido, podemos afirmar que somos um povo quase imbatível, com uma capacidade de resistência rara.

Outros efeitos ajudam à consolidação dessa mesma resistência. Repare-se: o duplo impasse produz múltiplos desfasamentos em diferentes domínios. Porque se diz uma coisa e se faz outra, porque se proclama a eficiência das novas oportunidades enquanto na realidade ela é sabotada; ou porque se celebram os brandos costumes e a violência doméstica grassa em todas as classes da nossa sociedade, alimenta-se a distância e a diferença entre a linguagem e o real, entre as palavras e as emoções, entre o discurso político e a acção – ou como se dizia em termos hoje obsoletos, reforça-se o desfasamento entre “o ser” e “o parecer”. Mas nós não temos só uma “cultura do parecer”, somos exímios em transformar o ser em parecer e vice-versa, saltar de um para outro e voltar atrás para ficar, afinal, no mesmo sítio, quer dizer num sítio indefinido, “por aí”, lugar do movimento em círculo do duplo impasse.

Um outro paradoxo sem saída interessa-nos particularmente: o queixume generalizado quanto ao país gera uma relação com outrem também ambivalente. Porque o outro com quem converso e com quem me acordo para dizer mal de tudo e de todos, pertence a esse povo de que me afasto e me queixo. Note-se como o paradoxo do duplo impasse cria uma situação escandalosa e quase inaceitável: critica-se primeiro o nosso país para o poder construir depois ou melhor, a crítica do nosso país constitui o laço

principal da sociabilidade pública entre compatriotas. Quando, o que seria natural e saudável devia levar-nos a afirmar primeiro o nosso amor pelo país e, em seguida, eventualmente, criticá-lo. Mas não: o queixume universal é o mundo às avessas, e a maneira de viver razoavelmente, mas às avessas, nesse mundo. Queixamo-nos primeiro, desvalorizamos a nossa terra e o nosso povo – mas para o amar depois?

Em todo o caso, o queixume conduz ao afastamento dos portugueses uns dos outros – e é a enunciação tácita dessa distância que alimenta o laço da sociabilidade nacional. Ora disto decorre um sentimento geral que define a relação essencial ao outro: a desconfiança. A atitude primeira de um português em face de outro é a desconfiança. Ou seja, é a possibilidade do conflito que funda a paz social, porque esta se tece através do substrato primeiro da rede dos laços entre os portugueses. E esse substrato é a desconfiança. Nós possuímos dois pares de olhos, uns atrás dos da frente, para ver, escondidos, o que verdadeiramente é o outro, para além das aparências, das palavras e expressões visíveis. São olhos que procuram adivinhar as intenções reais de outrem, já que se supõe sempre que elas não correspondem às suas palavras. E como se supõe este desfazamento, está implícito que o que o outro pensa não é necessariamente bom para mim (ao contrário da sua fala). Ou seja, a minha relação primeira com o meu interlocutor, meu compatriota, define-se como paranóide, quer dizer tendencialmente paranóica. O primeiro sentimento que, no espaço público, une os portugueses e lhes dá coesão não é o amor ou a solidariedade, mas a desconfiança.

Eis uma conclusão importante da nossa análise, que não é feita para nos animar. Porque é preciso ver no queixume o núcleo de uma constelação de forças e não apenas um sentimento isolado: a acusação, a crítica, a agressão verbal surgem muitas vezes como variantes da queixa. Acusa-se alguém vitimando-se a si próprio, quer dizer, queixando-se no fundo da hostilidade do outro. A inveja, o ciúme, o amuo, a auto-flagelação tão do gosto dos portugueses pertencem a essa constelação que gira à volta do queixume e da lamúria. É a rede geral da paranóia social que nos prende e nos fixa a essas forças. De tal forma que a desconfiança entra num circuito que resumiremos assim: desconfiança – insegurança – fragilidade – medo - dependência – falta de autonomia e de iniciativa. Circuito de forças que se investem no plano individual e no plano colectivo. O que revela um “complexo” maior da sociedade portuguesa, que leva os seus membros a sentirem-se inferiores, diminuídos, desvalorizados. Com uma enorme falta de confiança em si mesmos e no futuro do país. Nunca à altura das suas tarefas.

Se Portugal se resumisse a esta situação, estaríamos condenados à repetição eterna de comportamentos que esgotariam as nossas forças. Uma situação sem saída. Ora nós constatamos que há linhas de fuga, há excepções à regra, há coisas que se fazem em Portugal e que o fazem avançar, mesmo se, muitas vezes, esses exemplos acabam por se dissolver e morrer no movimento de duplo impasse. Mas como criar linhas de fuga que aumentem as forças de vida, que permitam agir, vencer as resistências e impor espaços novos de confiança? Porque, o que está aqui em jogo, é a construção de um outro circuito de forças, forças de confiança que tragam segurança, coragem e autonomia.

Como fazer? O que fazer para quebrar o sortilégio que nos enfeitiçou? Como sair do círculo vicioso que nos enreda na inveja e na paranóia, no pequeno gozo de nos fazermos vítimas e de acusar os outros de todas as culpas? Muitos de nós, certamente, andam obcecados com esta questão. Como mudar?

Se devesse condensar numa imagem única a situação que acabei de descrever, escolheria a figura do adolescente. A adolescência é também o mundo às avessas. É aquele período de crescimento em que o ou a jovem deixa de ser criança para se

preparar para a idade adulta. Nessa fase de transição, o adolescente tem de fazer rupturas, desligar-se dos pais, da família, para adquirir a autonomia que fará dele um homem. Período difícil, doloroso, não só porque tem de se opor àqueles que ama, mas porque deve conquistar – nem certo sentido, sempre sozinho – as condições da sua própria independência. Por isso, as tensões, conflitos, forças contraditórias que nele se agitam se intensificam pondo a sua carne ao vivo. A psiquiatra e psicanalista Françoise Dolto chamou a este estado do adolescente “o complexo da lagosta”. Quando a lagosta faz a sua muda abandona as escamas e fica desprotegida, com a carne à vista. Digamos que o português tem qualquer coisa do adolescente. Também ele está em revolta contra o seu protector (o seu país), fragilizado e à procura de crescer. Com uma diferença: o seu estado assemelha-se a uma adolescência petrificada, que parou na sua evolução. E que, em vez de lutar pela passagem ao estado adulto, arranjou defesas mais ou menos artificiais, à laia de novas escamas. Defesas que o salvaguardaram das dificuldades do crescimento, bloqueando-o naquela fase de transição em que o adolescente se opõe aos pais e à sociedade inteira. Simplesmente, essas defesas tiraram-lhe as forças intensas próprias da sua idade, deixando-o sem vontade e capacidade de se revoltar mesmo para conquistar a sua independência. Nós somos adolescentes parados e envelhecidos que nos mascarámos de adultos. Ficámos emocionalmente subdesenvolvidos, realmente dependentes e frágeis, falsamente protegidos pelas imagens e discursos que criámos no movimento do duplo impasse. E assim fabricámos novas oposições e impasses: nem já adolescente nem ainda adultos, não podemos regredir nem avançar, bloqueados na aparência de uma maturidade que não formámos e que não podemos alcançar brusca e directamente, sob risco de nos destruímos.

Como fazer, então? Numa breve nota, Françoise Dolto observa que, à falta de ritos de passagem – que, antigamente, nas sociedades rurais operavam a transição da adolescência para a idade adulta – é possível recorrer, às vezes com êxito, à construção de um projecto que se propõe ao jovem adolescente em crise. Penso que é uma ideia extrapolável para o nosso país. Um projecto formador para todo o país. Quando digo “formador” quero significar um processo de crescimento interno. Não através de uma “modernização” puramente formal e tecnológica que não mobiliza ninguém porque não atinge profundamente as suas forças de vida, o seu desejo de autonomia e de participar no espaço público para a realização de um bem comum. A confiança em si – que o adolescente, perdido, não possui – só se ganha quando se dá a possibilidade de *realizar*, quer dizer de ver o resultado da sua acção, o produto do seu trabalho contribuir para a obra de todos. E esta tem de ser uma visão. Uma visão para o Portugal do futuro que estará presente na mente dos portugueses.

Mas como gerar confiança sem forçar ou tomar iniciativas voluntaristas e artificiais? Porque não se cria confiança por decreto. E como produzir confiança quando o contexto social é mais propício a engendrar pessimismo? É preciso que a confiança nasça de uma disposição natural e não de uma atitude calculada. Ora a confiança em si mesmo não é uma atitude, mas acompanha a própria força de existir. Por exemplo, como se ganha a confiança de uma criança fechada sobre si ou desconfiada? Falando-lhe de tal modo que ela cesse de pensar que tem ali uma ameaça em potência, falando-lhe de uma coisa que lhe interessa, criando um terceiro termo mediador que abra a criança para o mundo e transfira a sua atenção de nós para um objecto que lhe interesse e nos interesse; eventualmente, construindo com ela esse objecto, um jogo, um brinquedo comum. Propor-lhe uma tarefa em que invista as suas forças.

Esse projecto tem de criar um interesse comum exterior, um “fora” que seja o nosso espaço de iniciativa, não uma fé irracional e imaginária, mas a crença confiante que o futuro será moldado através do investimento livre das nossas forças. Insisto nesta

“liberdade”: é ela que faz nascer o laço afectivo da confiança, intensificando as energias. A confiança torna-se assim formadora da “subjectividade” do indivíduo. Confiança tão sólida que não terá medo do risco, pois ela própria engendrará o risco necessário à produção do novo. Será mais forte que o risco, mais forte que a desconfiança paranóide. Poderá abrir e expandir o laço social, pois ela própria constitui uma força poderosa: contamina, cria empatias, vence a inveja, acorda nos outros a confiança que lhes falta.

A confiança precisa, é verdade, de um contexto, quando não é suficientemente forte para, por si só, o engendrar. Mas é sempre possível analisar e tomar consciência das nossas forças, ensaiar a confiança em nós mesmos. É preciso que a maturidade que nos traz a confiança constitua um *acontecimento* formador. É preciso que lhe demos todo o sentido, o alcance, as possibilidades, o horizonte futuro dos seus efeitos.

Confiar assim é quebrar o círculo vicioso daquele duplo impasse que nos tolhe e nos deixa empedernidos numa adolescência nunca acabada. Confiar é varrer do novo campo de acção os obstáculos levantados pela desconfiança paranóide. Esta paralisa e impede de avançar. A confiança abre o campo do futuro, abre espontaneamente o caminho para a expressão das nossas forças criativas, para o risco saudável da inovação. Tenhamos confiança para admirar, porque a admiração, cria forças e prazer no admirador e no admirado. Deixemos de nos focalizar no nosso pequeno ego, que não tem importância nenhuma. A confiança vem da expressão da força vital. Eis o que deveria estar no centro desse grande projecto para Portugal: a libertação das nossas forças adormecidas, inibidas, mas que são imensas e poderosíssimas, para que possamos criar mais forças e mais vida.

José Gil
17 de Dezembro de 2009